REFERÊNCIAS

1. Adelman, M. (2007). Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. In: Movimento, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-29.
2. Bauer, M. W.; Gaskell, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
3. Becker, HS (2009). Outsiders: Estudos de sociologia do desvio. Tradução: Borges, ML. Rio de Janeiro: Zahar.
4. Butler, J. (2010). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
5. Elias, N. (Org.) (1992). A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.
6. Ferretti, MAC (2011) A Formação da Lutadora: estudo sobre mulheres que praticam modalidades de lutas. São Paulo: USP.
7. Goellner, SV (2003). Bela, Feminina e Maternal: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí.
8. Goellner, SV (2005). Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.19, n.2, p. 143-151.
9. Goellner, SV (2007). O Esporte e a Cultura Fitness como Espaços de Generificação dos Corpos. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16 a 21 de setembro, Recife, p. 1-9.
10. Goellner, SV (2010). A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. In: Cadernos de Formação RBCE, vol.1, no. 2, p.71-83.
11. Goellner, SV (2013). Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. In: Revista Tempo, vol.17, no. 34, p. 45-52.
12. Goellner, SV; Fraga, AB. (2003) Antinoüs e Sandwina: encontros e desencontros na educação dos corpos brasileiros. Movimento, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 59-82.
13. Louro, GL (2008). Feminilidades e Pós-modernidade. In: MOTA, L. Invenção do Contemporâneo: a construção dos gêneros (vídeo). Disponível em: <http://video.com/28127159>. Acesso em: 14 de maio de 2013.
14. Moscovici, S (2007). Representações Sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes.
15. Moura, DL; Bento, GS; Santos, FO; Lovisolo, H. (2010). Esporte, Mulheres e Masculinidades. In: Esporte e Sociedade, ano 5, n 13, p. 1-22.
16. Thomazini, SO, Moraes, CEA & Almeida, FQ. (2008). Controle de Si, Dor e a Representação Feminina entre Lutadores(as) de Mixed Martial Arts. In: Pensar a Prática, vol.11, no. 3, p. 281-290.

AUTORES:

Edmilson S. dos Santos ¹
Jean Carlo de Sá Andrade ¹
Rosiane de O. Nascimento ¹
Roberto Silva dos Santos ¹

¹ GEPPOL, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil

A participação dos governos estaduais na difusão do Programa Segundo Tempo/ ME

5406

PALAVRAS CHAVE:

Políticas públicas. Esporte educacional. Implementação.

RESUMO

Este estudo busca analisar a participação dos governos estaduais na difusão do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte no intervalo de 10 anos (2003 a 2012). Os incentivos à descentralização do programa não foram suficientes para garantir maior participação dos governos estaduais em sua difusão. Após dez anos não foi possível capturar uma cultura institucional que permita garantir efeitos redistributivos e consequente diminuição das desigualdades regionais de acesso ao esporte educacional.

Correspondência: Edmilson Santos dos Santos. GEPPOL, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil. (edmilson.santos@univasf.edu.br).

The involvement of state governments in the diffusion of the Segundo Tempo Program/ ME

ABSTRACT

This study seeks to analyze the participation of municipalities in the diffusion Segundo Tempo Program 10-year interval (2003-2012). Incentives for decentralization program were not sufficient to ensure greater involvement of state governments in their diffusion. After ten years it was not possible to capture an institutional culture that will guarantee redistributive effects and reducing regional inequalities in access to sport education.

KEY WORDS:

Public policy. Education sport. Implementation.

INTRODUÇÃO

A política pública na área social tem como premissa básica a democratização do acesso a um determinado bem social, de forma a diminuir a desigualdade existente em sua distribuição na sociedade. Essa preocupação está expressa de maneira explícita no Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte.

Nesse sentido, o programa se coloca como um forte aliado na diminuição da desigualdade social. Por outro lado, a preferência alocativa está diretamente associada ao aumento de investimentos nas áreas em que se encontra o público-alvo do programa, as localidades e as regiões mais pobres¹, que, historicamente, são portadoras de múltiplas desvantagens e severas assimetrias; dentre elas está o acesso à prática esportiva. O modelo de atuação do Estado brasileiro impõe algumas questões à produção da política pública que respondem às características de nosso federalismo ².

É possível assumir (sem grandes pretensões, pois o estudo aqui não é sobre o federalismo) o entendimento trazido por Soares ⁽¹⁸⁾, de que o federalismo é um sistema de organização territorial do poder entre o governo central e as entidades subnacionais interdependentes (governo estadual e prefeitura) e com relativa autonomia, cujo grau é determinante à compreensão da utilização dos recursos (podendo ser de poder, de tarefas e/ou financeiro) ³.

O Brasil já experimentou uma variedade de arranjos federativos, como aponta Souza ⁽²⁰⁾. Mais do que compreender esse histórico, a questão que se coloca é tentar identificar que variáveis caracterizam o modelo brasileiro e seus impactos na distribuição de recursos. As assimetrias entre os níveis de governo (desempenho fiscal, por exemplo) produzem diferentes cenários à distribuição e redistribuição de recursos e à oferta de políticas públicas ⁽¹⁰⁾ ⁴.

Cada política engendra um tipo de relação entre os entes federados [que, no caso brasileiro, envolve uma complexidade a mais por conta da tripla soberania ⁽⁵⁾], que produz significado e conteúdo distintos, com diferentes resultados para a política pública ⁵, seja pela descentralização política e autonomia de agenda, seja pela transferência fiscal e capacidade de arrecadação.

A desigualdade socioeconômica é o ponto de partida para o debate federalista brasileiro,

1 — Rezende ⁽¹⁴⁾ analisa o impacto das preferências alocativas nos gastos públicos e na descentralização.

2 — De uma forma bastante simplificada, podemos dizer que federalismo é um sistema de poder no qual governos autônomos, dentro de uma mesma área geográfica, cooperam para garantir unidade.

3 — Rodden ⁽¹⁶⁾ desvincula o debate sobre o federalismo de seu viés fiscal e o identifica como um processo estruturado por instituições que distribuem e redistribuem autoridade.

4 — A experiência internacional aponta que as clivagens étnicas e religiosas, produtoras de desigualdades, têm sido uma das principais preocupações na constituição do federalismo. No Brasil, segundo Arretche ⁽⁷⁾, é a clivagem econômica que melhor explica as variações de nosso federalismo.

5 — Eles podem significar diversidade, diferença por concorrência ou desigualdade conforme o modelo analítico utilizado ⁽⁷⁾.

e sua diminuição é o projeto a ser perseguido pelo Estado. A Constituição de 1988 colocou como objetivo para o fortalecimento da federação a promoção de um maior equilíbrio entre os entes constitutivos ⁽²⁰⁾. Há uma tensão permanente no estado federativo pela distribuição/redistribuição de poder e de recursos que não estão associados à eficiência dos governos subnacionais. Dinâmicas de cooperação, disputas, consentimento e barganhas são produtoras de uma complexa engenharia política ^(2, 16, 20). Esse cenário aponta para relações intergovernamentais altamente competitivas, vertical e horizontalmente ⁽²⁰⁾.

Outra marca de nosso federalismo é sua descentralização convivendo ao lado de tendências centralizadoras ⁽³⁾. A Constituição de 1988, de forte viés municipalista – aspecto descentralizador –, transferiu capacidade decisória, funções e recursos às instâncias subnacionais. Os estados não foram os maiores beneficiários desse movimento, mas sim os municípios. Havia uma expectativa de que a descentralização melhoraria o resultado da política pública de forma a diminuir as desigualdades intrarregional ⁽⁸⁾.

No plano nacional, a crise do regime militar e a transição democrática geraram poderosas correntes descentralizadoras que foram associadas à democracia, à cidadania e à diminuição das desigualdades ^(2, 5). No plano internacional, pressionada por uma maior eficiência dos governos, a descentralização estava associada ao paradigma da modernização gerencial ⁽¹¹⁾. Esses dois movimentos acabaram por dar força a essa ideia, que acabou por criar dificuldades ao discurso e à prática centralizadora, elevando os custos da recentralização.

Porém, a consequência não esperada do processo de descentralização brasileira acabou por desnudar seus limites, principalmente aqueles associados à manutenção, ou aprofundamento, da desigualdade regional. São eles: a ambiguidade de competências entre as três esferas de governo, que produziu, em determinadas áreas, imobilismo; a baixa qualificação da burocracia; uma descentralização fiscal que dificultou a coordenação de certas políticas, de forma a garantir maior equidade ⁶ entre os entes federativos; e, vulnerável às pressões advindas das elites locais, o clientelismo ⁽¹¹⁾. O resultado mais drástico de todo esse processo foi a fraca coordenação entre os entes federados e a manutenção dos parâmetros de desigualdade ^(6, 19). Afonso e Lobo ⁽¹⁾ não interpretam a descoordenação como uma variável interveniente na manutenção do cenário de desigualdade, mas como uma característica do modelo de descentralização brasileira que produz resultados políticos desiguais.

Uma análise mais acurada do desempenho dos governos é dependente dos arranjos institucionais e setoriais de uma dada política ^(3, 4). A complexidade das relações federativas

interage com diferentes fenômenos e produz resultados diferenciados na distribuição das políticas públicas. Temos assistido, pelo menos em termos de políticas de esporte, cada vez mais, ao protagonismo do governo federal na formulação de políticas públicas (efeito centralizador), que se tornam mais e mais necessárias diante da falta de recurso dos governos subnacionais, dos (não) ganhos eleitorais que uma política que congrega esporte e criança podem ensejar ⁷, da diferenciação do valor que a política de esporte para criança tem em cada agenda intergovernamental e da capacidade financeira, principalmente dos municípios dependentes das transferências constitucionais.

O governo federal pode promover determinadas políticas criando incentivos à cooperação entre os entes federados. A cooperação pode se dar por meio da produção de um pacote de incentivos de forma a seduzir ou mobilizar a atenção dos governos subnacionais, principalmente para aqueles com menor capacidade fiscal. Porém, um conjunto de variáveis intermediárias que se coloca entre o governo federal e o beneficiário do programa produz dinâmicas diferenciadas na implementação da política pública.

Após experimentar 10 anos de implementação do Programa Segundo Tempo (2003 a 2012), torna-se importante analisar as consequências do modelo desenhado de descentralização das ações pelo Ministério do Esporte na diminuição das desigualdades regionais de acesso a esse bem social. A difusão ⁸ do PST segue o modelo de descentralização por demanda (é dependente de convênios com parceiros). Para sua implementação, o Ministério do Esporte elaborou um pacote de incentivos à descentralização que, dependendo das condições do parceiro, pode chegar a um subsídio de 100% do valor do projeto. No entanto, ele é dependente do desejo de cooperação intergovernamental dessa política. A grande questão é se esse modelo de descentralização por demanda é suficiente para se obter resultados redistributivos (atender a regiões mais vulneráveis), principalmente diante da autonomia política, das instituições estaduais responsáveis com a implementação, das dificuldades operacionais à descentralização e dos patamares existentes de políticas locais de democratização do esporte, viés competitivo intergovernamental.

7 — Para análise da participação dos partidos e coalizões na difusão do PST, ver Santos ^(6/n).

8 — Para análise do tema da difusão, no sentido de compreender como uma política vai se reproduzindo em outros ambientes ao longo do tempo, ver Berry e Berry ⁽⁹⁾.

6 — A equidade aqui é interpretada nos termos propostos por Rawls ⁽¹³⁾.

METODOLOGIA

Este trabalho tem por objetivo verificar a capacidade redistributiva dos governos estaduais na difusão do Programa Segundo Tempo, nos convênios realizados entre 2003 a 2012. Neste sentido, o estudo se propõe a uma análise descritiva do desempenho dos estados, principalmente em relação às cidades vulneráveis ⁹.

As informações que subsidiaram o estudo vieram de diferentes fontes, a saber: dados referentes ao Programa Segundo Tempo foram coletados diretamente no site do programa no Ministério do Esporte; o grau de vulnerabilidade no interior dos estados foi produzido com base no Índice de Exclusão Social ⁽¹²⁾; e sobre as prefeituras, diretamente do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O estudo concentrou atenção na capacidade distributiva/redistributiva dos governos estaduais. Para análise da vulnerabilidade, utilizou-se como unidade de análise o município. Sendo assim, excluímos o Distrito Federal por não possuir o terceiro ente federal capaz de promover a comparação.

RESULTADOS

Como pode ser observado no gráfico abaixo, a difusão do PST pelos governos estaduais apresenta três cenários. Primeiro, sem que com isso represente uma escala valorativa, aparecem as regiões onde todos os estados aderiam ao programa, caso do Sul e Centro-Oeste. Depois, as regiões Norte e Nordeste onde apenas um estado em cada uma não aderiu ao programa. Por último, o Sudeste em que somente a metade dos estados conviniu com o Ministério do Esporte para fazer a difusão do programa no período aqui analisado, como pode ser observado no gráfico 1.

GRÁFICO 1 — Adesão dos governos estaduais ao PST de 2003 a 2012
FONTE: Dados do Ministério do Esporte (2013).

Durante os dez anos de implementação, apenas quatro estados não aderiam ao PST: Roraima, Maranhão, São Paulo e Espírito Santo. À primeira vista, não há um padrão nessa negativa. Os estados apresentam características muito díspares do ponto de vista econômico e social e a autonomia política é um eixo central de nosso federalismo. Do ponto de vista institucional, todos possuem um órgão que é responsável pela política pública de esporte de forma exclusiva ou compondo com outra secretaria. Talvez não seja possível encontrar uma variável que explique a não adesão dos quatro estados. É bem provável que para cada um deles um conjunto de variáveis interferiu de maneira bastante particular na configuração dessa realidade.

Diante da autonomia dos estados à adesão e à implementação de políticas próprias de esporte educacional, não é possível afirmar que esses estados patrocinaram a exclusão das crianças vulneráveis a esse bem. Por exemplo, a atuação concorrencial do governo de São Paulo pode ser explicada por dois motivos: capacidade de financiamento para produzir política visando os mesmos objetivos do PST e concorrência política.

A participação de cada um dos estados na difusão do programa em direção aos municípios seguiu uma lógica bastante própria. Conforme tabela 1, chama atenção o fato de apenas um estado conseguir, ao longo de dez anos, garantir acesso ao programa de todos os seus municípios, mesmo que corresponda a apenas um convênio (a implementação pode variar de 1 a dois anos e meio). Os resultados do Amapá e do Acre também foram bastante

9 — Para efeito deste trabalho, estamos considerando que os municípios mais vulneráveis são aqueles estão no nível mais elevado de exclusão do Índice de Exclusão Social (IES) de Pochmann e Amorim ⁽¹²⁾. São quatro os níveis de exclusão social, o mais alto, Exclusão Severa (ES), Alta Exclusão (AE), Média Exclusão (ME) e Baixa Exclusão (BE).

expressivos. Na outra extremidade, temos seis estados que não conseguiram levar o PST a pelo menos 10% de seus municípios. Não é possível identificar um padrão regional [CE (1) – PB (22)/AP (2) – RR (21)]; nem é possível associar com o PIB dos estados, haja vista as colocações do Rio de Janeiro (16) e do Rio Grande do Sul (18); nem pelo tamanho do estado, Amapá (2) e Rondônia (21). A difusão promovida pelos estados em direção aos seus municípios não acompanhou um padrão.

TABELA 1 — Percentual de municípios que receberam o PST pelos órgãos estaduais

CLAS.	ESTADO	%	CLAS.	ESTADO	%
1	CE	100	12	AL	27,45
2	AP	93,75	13	SC	22,18
3	AC	90,91	14	AM	20,97
4	MS	75,64	15	TO	17,99
5	MT	73,05	16	RJ	13,04
6	PI	49,11	17	BA	6,95
7	PR	41,75	18	RS	5,44
8	PE	41,62	19	RN	3,59
9	GO	40,65	20	PA	2,8
10	MG	39,16	21	RO	1,92
11	SE	37,33	22	PB	0,9

FONTE: Programa Segundo Tempo/Ministério do Esporte (2013).

Diferentemente dos municípios que não têm como coordenar uma ação redistributiva, no plano regional, os estados, através da forma como coordenam a distribuição do programa entre os municípios, possuem ferramentas para imprimir uma gestão redistributiva do PST. Nesse caso, irão priorizar os municípios mais vulneráveis. Os estados também podem imprimir uma ação distributiva, levando o programa a todas as cidades, realidade experimentada pelo Ceará que conseguiu atingir todos (n = 174) incluindo os que estão em ES.

Os estados podem imprimir uma intervenção seletiva, redistribuindo o programa aos municípios mais vulneráveis, concentrando nos municípios menos vulneráveis, amplificando a desigualdade, ou apresentando outra dinâmica sem efeitos distributivos ou redistributivos. As cinco primeiras posições do ranking de implementação do programa nos municí-

pios vulneráveis permanece a mesma da difusão entre os municípios do estado, conforme tabela 1. O que muda é o esforço que cada estado tem que fazer, a depender do número de municípios vulneráveis, para levar o programa até essas localidades.

Um dado que chama atenção é o fato de alguns estados com números muito reduzidos de municípios vulneráveis não terem, em dez anos, conseguido levar o programa até eles, conforme tabela 2. É o caso do Rio de Janeiro (n = 1) e Santa Catarina (n = 2). Porém, ao lado desses estados estão também aqueles que possuem elevado número de municípios no estágio de ES: Maranhão (n = 142) e Paraíba (n = 209). Não podemos dizer que é apenas um problema de gestão dos estados, pois o programa não apresenta incentivos suficientes ou adequados à cooperação. O governo central também não imprimiu condicionalidades no programa de forma a induzir os estados a promoverem difusão em direção aos municípios de maior exclusão (ES). Por outro lado, não podemos esquecer que a inação é uma das formas de traduzir determinados interesses políticos e produzir uma política pública ⁽¹⁷⁾.

TABELA 2 — Percentual de municípios em exclusão severa que receberam o PST pelos estados.

ESTADO	Nº MUN/ES	%	ESTADO	Nº MUN/ES	%
CE	174	100	TO	101	13,86
AC	21	90,48	BA	369	6,23
AP	10	90	PA	109	0,92
MS	8	75	MA	212	0
MT	12	58,33	SP	4	0
MG	229	51,97	RO	4	0
PI	213	48,83	PB	209	0
SE	68	38,24	RN	142	0
PE	168	37,5	RJ	1	0
AL	97	24,74	RS	5	0
GO	25	24	SC	2	0
PR	29	20,69	RR	13	0
AM	60	18,33	ES	5	0

FONTE: Programa Segundo Tempo/Ministério do Esporte (2013).

Contrastar o desempenho dos estados na difusão do PST em direção aos municípios menos vulneráveis (BE) torna-se importante para melhor compreender a cultura institucional que está sendo produzida pelo programa. A distribuição dos municípios menos vulneráveis não é equilibrada entre as regiões, como pode ser observado no gráfico 2. As regiões Sudeste e Sul monopolizam a incidência de municípios de baixa exclusão (97%) e a região Norte não possui municípios nesse nível de exclusão. Portanto, as regiões Sudeste e Sul são menos dependentes de ações que promovam a equidade ao serviço (esporte educacional) e as regiões Norte e Nordeste, mais dependentes.

GRÁFICO 2 — Percentual de municípios menos vulneráveis por região
FONTE: Índice de Exclusão Social, Pochamnn e Amorim (2003)

A tabela 4 mostra, dentre os estados que aderiam ao PST, o desempenho de cada um em levar o programa até os municípios menos vulneráveis. O que chama atenção é que todos os estados que conveniaram com o programa conseguiram melhores percentuais de difusão junto aos municípios menos vulneráveis do que aos mais vulneráveis. Isto não significa que beneficiários menos vulneráveis não possam estar recebendo o programa, pois nos municípios menos vulneráveis também encontramos bolsões de miséria e exclusão. Porém, não é isto que estamos analisando aqui. A questão é o papel estratégico do estado de coordenar ações de forma a levar o programa aos municípios menos vulneráveis, unidade de análise escolhida para interpretar os resultados do programa, de forma a di-

minuir a desigualdade na distribuição de um determinado bem. São eles, por um conjunto de questões, que são mais dependentes da descentralização de recursos para produzirem políticas públicas. No entanto, a realidade do Rio de Janeiro é emblemática e marcada pelo contraste. Possui um município em ES, o pior nível de exclusão, e não conseguiu levar o programa até lá. Já o seu desempenho em direção aos municípios menos vulneráveis (BE) foi de 40%. Isto indica que os estados imprimiram ação política com objetivo de não coordenar a difusão do programa de forma a melhorar a posição dos mais vulneráveis.

TABELA 4 — Difusão do PST entre os estados que possuem municípios com baixa exclusão

ESTADO	MUN. BE	PST	%
TOCANTINS	1	1	100
PERNAMBUCO	1	1	100
MATO GROSSO DO SUL	1	1	100
GOIÁS	2	1	50
ESPÍRITO SANTO	1	0	0
RIO DE JANEIRO	5	2	40
PARANÁ	7	3	42,9
MINAS GERAIS	9	5	55,6
SANTA CATARINA	26	3	11,5
RIO GRANDE DO SUL	53	2	3,8
SÃO PAULO	93	0	0

FONTE: Pochmann e Amorim (2003) e Ministério do Esporte (2013)

Não podemos deixar de considerar, a partir dos dados aqui apresentados, que o gestor pode estar atuando de forma a maximizar sua imagem diante dos municípios que apresentam maior desigualdade interna e o fato de estarem localizados nos grandes centros urbanos, com maior número de eleitores. Como indica a Teoria da Escolha Racional, gestores tomam decisões que possibilite permanecer no poder, maximizando votos.

Analisando o número de municípios vulneráveis e percentual que recebeu algum núcleo do PST via governo estadual, não é possível estabelecer alguma relação entre região, ta-

manho do estado (população) e nível de desenvolvimento. Porém, não escapa à análise o fato de haver, do ponto de vista percentual, melhor desempenho entre os municípios menos vulneráveis do que nos mais vulneráveis. Esse resultado aponta, para os critérios aqui analisados, uma distorção alocativa que precisa ser melhor compreendida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dos 10 anos de implementação do PST indica que os incentivos ofertados pelo programa não são suficientes para promoverem adesão de 100% dos governos estaduais na difusão do programa. Porém, não podemos deixar de destacar que isto não significa que os possíveis beneficiários não possam estar sendo atendidos por programas similares formulados pelos governos estaduais. Esse resultado vai na direção do que é suportado pelo nosso modelo de federalismo, concorrência vertical tende a produzir resultados diferenciados.

Essa primeira observação aponta que para os governos estaduais se tornem parceiros estratégicos do Ministério do Esporte na difusão do Programa Segundo Tempo, principalmente objetivando efeito redistributivo, é preciso revisar o sistema de incentivos à descentralização para esse ente governamental. Do contrário, permaneceremos produzindo uma desigualdade regional que compromete o princípio da justiça social almejada pelos programas sociais do ministério e do governo.

Do ponto de vista intraestadual, os governos estaduais têm autoridade para imprimir um movimento redistributivo levando, de forma prioritária, o programa aqueles municípios mais vulneráveis. Essa não foi a realidade para muitos estados cujo resultado do programa reproduziu o status quo. Apenas 30% dos municípios em ES conseguiram receber o programa via governo estadual no período aqui analisado.

O melhor desempenho entre as regiões foi com a região Sudeste, considerando aqueles estados que conveniaram com o governo federal. Apesar de terem o menor número de municípios em ES, obtiveram uma difusão de 51,7%. A pior região foi a Sul com apenas 16,6%. A região Nordeste ficou com 28,8% e Centro-Oeste, 24,7%. A região com menor número de municípios vulnerável foi a que obteve o pior resultado. O que podemos perceber é que o programa não ajudou a diminuir a desigualdade regional na oferta do esporte educacional. Essa assertiva se confirma quando analisamos o resultado da distribuição do programa entre os municípios menos vulneráveis pelos governos estaduais.

Podemos considerar, a partir das análises aqui realizadas, que governos estaduais não se constituíram como parceiros estratégicos do governo com objetivo de diminuir as desigualdades na oferta do Programa Segundo Tempo e o interesse pelo programa é muito baixo e seus incentivos à descentralização são tímidos. Apesar de não ter sido objetivo do estudo, é importante verificar a participação do componente político partidário na difusão do programa.

REFERÊNCIAS

1. AFONSO, J. R. R.; LOBO, T. Descentralização fiscal e participação em experiências democráticas retardatárias. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 14, p. 3-36, 1996.
2. ALMEIDA, M. H. T. Federalismo e políticas sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 88-108, 1995.
3. ALMEIDA, M. H. T. Recentralizando a federação? Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, p. 29-40, jun. 2005.
4. ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, 7-9, fev. 2003.
5. ARRETCHE, M. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 24, p. 69-85, jun. 2005.
6. ARRETCHE, M. A agenda institucional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 148-151, 2007.
7. ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? Dados, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.
8. BARACHO, M. A. P. A importância da gestão de contas públicas municipais sob a premissa da governance e accountability. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 34, n. 1, p. 129-161, jan./mar. 2000.
9. BERRY, F. S.; BERRY, W. Innovation and Diffusion Models in Policy Research. In: SABATIER, P. (ed.) Theories of the policy process. Boulder: Westview, 1999. p. 169-200.
10. GIBSON, E. L.; CALVO, E. F.; FALLETI, T. G. Federalismo realocativo: sobre-representação legislativa e gastos públicos no hemisfério ocidental. Opinião Pública, Campinas, v. 9, n. 1, p. 98-123, 2003.
11. MELO, M. A. Crise federativa, guerra fiscal e "hobbesianismo municipal" efeitos perversos da descentralização? São Paulo em Perspectiva, São Paulo, n. 10, v. 3, p. 11-20, 1996.
12. POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (orgs.) Atlas da exclusão social no Brasil, Volume 1. São Paulo: Cortez, 2003.
13. RAWLS, J. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. Lua Nova, São Paulo, n. 25, p. 25-29, 1992.
14. REZENDE, F. C. Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 413-440, 1997.
15. RIBEIRO, L.C.Q. et al. Níveis de integração dos municípios brasileiros em Rms, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Observatório das Metrópoles, 2012.
16. RODDEN, J. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, p. 9-27, jun. 2005.
17. SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2003.
18. SOARES, Márcia Miranda. Federação, democracia e instituições políticas. Lua Nova, São Paulo, n. 44, p. 137-163, 1998.
19. SOUZA, C. Federalismo e gasto social no Brasil: tensões e tendências. Lua Nova, São Paulo, n. 52, p. 5-28, 2001.
20. SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil Pós-1998. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, p. 105-121, jun. 2005.